

*Coleção*  
*Formadores do Brasil*

FREI JOAQUIM  
DO AMOR DIVINO  
CANECA



*Organização e introdução*  
Evaldo Cabral de Mello

Apoio cultural



**BANCO BBA**  
**CREDITANSTALT S.A.**  
ASSOCIADO AO HVB GROUP



editora ■ 34

2.

SERMÃO DA ACLAMAÇÃO DE D. PEDRO I

[Na solenidade da aclamação de d. Pedro d'Alcântara  
em primeiro imperador do Brasil  
mandada celebrar pelo Senado da cidade do Recife  
a 8 de dezembro de 1823, na Matriz do Corpo Santo,  
com assistência da Junta Provisória.  
Relação, Clero, Nobreza e Povo.<sup>1</sup>]



---

<sup>1</sup> Esta Junta Provisória, eleita em setembro de 1822 e chamada "Governo dos Matutos", contava os seguintes integrantes: Afonso de Albuquerque Maranhão (presidente), José Mariano de Albuquerque (secretário), Francisco Paes Barreto, Francisco de Paula Gomes dos Santos, Manuel Inácio Bezerra de Melo, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e João Nepomuceno Carneiro da Cunha.

"*Maria de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus.*  
Maria, mãe de Jesus Cristo."<sup>2</sup>

Mateus I, 16

<sup>2</sup> "Iacob autem genuit Ioseph virum *Mariae, de qua natus est Jesus qui vocatur Christus*" [Jacó, por sua vez, gerou José, esposo de *Maria, de quem nasceu Jesus, que é chamado Cristo*]. Mateus I, 16. (N. L.)

Excelentíssimos senhores!

É tanta a fragilidade da humana natureza, que por mais reflexão que façamos sobre os fins das nossas ações, sobre a escolha dos meios mais apropriados, seguros e eficazes, sobre o conhecimento e remédio dos estorvos e obstáculos, que podem ocorrer da parte do tempo, do lugar, das pessoas e mais circunstâncias, que as revestem externamente, sempre elas trazem consigo o cunho da imperfeição, e o sinal de obras dos homens, criaturas imperfeitas em si mesmas.

Quando vejo o ilustríssimo Senado desta vila escolher e determinar o dia de hoje para solenizar a aclamação do muito alto e muito poderoso príncipe, o senhor dom Pedro de Alcântara, em imperador constitucional do Brasil, não posso deixar de olhar este arbítrio como uma nova prova do tino ajuizado e prudência esclarecida, com que este respeitável corpo se tem sabido conduzir nas perigosas crises do tempo, sem nada perder da sua dignidade e honra; mas ao mesmo passo, seja lícito ao ministro do santuário repreender um desacerto do alto da cadeira da verdade, mas ao mesmo passo vejo-me obrigado a reconhecê-lo em falha e erro, quando me escolheu a mim para órgão de seus sentimentos religiosos e políticos, e intérprete do patriotismo e gratidão do generoso povo, que ele representa em dia tão plausível.

O dia é aquele em que a esposa do Cordeiro sem mancha, quero dizer, a Santa Igreja, cheia de júbilo, celebra o augusto mistério da Conceição Imaculada daquela criatura venturosa que, descendendo de Abraão e de Davi, foi escolhida antes de todo criado para ser mãe do Verbo Eterno, e nosso redentor, Jesus Cristo; *Maria, de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus.*

Mistério inefável, que sendo o primeiro, e o máximo dos de Maria, foi o último mandado venerar pela Santa Igreja, a fim de que a cristandade, encarando-o primeiro, se não deslumbrasse com o extraordinário esplendor de

tanta luz; mistério de que lançou mão a santidade de Clemente XI, para debelar as heresias, destruir os erros e falsas doutrinas, que contaminavam a Igreja no princípio do século passado;<sup>3</sup> mistério sob o qual a mãe de Jesus Cristo, imperatriz do céu e da terra, é a protetora da monarquia portuguesa, defensora dos três reinos, Brasil, Portugal e Algarve, pela devota eleição do senhor rei d. João IV, quando, libertando a pátria, sacudia o jugo da tirania espanhola;<sup>4</sup> mistério, finalmente, sob cujos auspícios a majestade do senhor rei d. João VI acabou de instituir nas margens do Janeiro a ordem militar da Conceição.

Que dia mais adequado à solenidade da aclamação de sua majestade em imperador constitucional do Brasil? Sua majestade, aquele príncipe justo, magnânimo, incomparável, que tocado dos nossos males passados e das injustiças presentes do Congresso lisboense a nosso respeito,<sup>5</sup> e querendo colocar-nos naquela graduação para que nos destinou a Providência, no meio das nações e do orbe, quebrou de uma vez os infames grilhões que o velho e estonteado Tejo, no seu mais exaltado orgulho, forjava ao colossal Amazonas e ao rico Prata; e não dando tempo aos inimigos da justiça, os déspotas constitucionais do Congresso, a urdirem novas tramas, com a rapidez do raio, tocou aquele último termo político, que nos dá a liberdade, afiança a reintegração dos nossos direitos postergados, assegura a nossa felicidade e preconiza a nossa glória.

Que prudência!

Solenizar a elevação do Brasil a uma categoria maior do que aquela que nos queriam roubar, no dia da mais excelsa solenidade da protetora do mesmo Brasil!

Festejar a liberdade da pátria dos ferros do despotismo no dia em que a igreja canta os epinícios à padroeira da mesma pátria pela sua liberdade dos grilhões da culpa paterna, e vencimento glorioso do déspota infernal!

<sup>3</sup> "Potentissimam opem in tot, tantisque quibus premimur, Christianae Reipublicae, et Catholicae Ecclesiae necessitatibus, quantum nobis ex alto conceditur, promereri jugiter satagamus." Clemente XI *apud* Vedor. (N. A.) [Clemente XI foi papa de 1700 a 1721 e condenou o jansenismo.]

<sup>4</sup> *Eptome da História Lusitana*, ano de 1646. (N. A.) [D. João IV (1604-1656) assumiu o trono de Portugal em 1640, após um período de seis décadas em que as coroas de Portugal e Espanha estiveram reunidas sob a tutela da dinastia espanhola dos Habsburgos.]

<sup>5</sup> As decisões das Cortes de Lisboa favoreciam um estreitamento dos laços coloniais entre Portugal e Brasil.

Acrisolar a pureza do gáudio cívico com a santidade do prazer cristão!

Unir o temporal com o eterno; a religião com a natureza; e mostrar-se ao mesmo tempo cristãos mais devotos e pios, e cidadãos mais patriotas e justos!

Que prudência!

Que inconsideração, porém, entregar uma causa de tanta importância em mãos tão fracas e inábeis quais as minhas!

Os Agostinhos, os Crisóstomos talvez tremiriam neste empenho.

A Conceição intemerata de Maria, que objeto!

A aclamação do príncipe real em imperador, que assunto!

Que destreza não é necessária ao orador cristão para que, na exposição deste mistério, o ardor da devoção não o faça transpor os termos da fé dogmática; e o silêncio da revelação não esfrie as chamas da piedade!

Que tento! Que medidas! Que segurança!

Louvar a exaltação do príncipe em imperador, preconizar felicidades à nação, que o eleva, esperar venturas para os povos, que lhe obedecem, encher-se por este título e procurar que os outros se encham de uma alegria festiva e transcendente, que arreçado procedimento!

Que passo aventurado, quando estamos ouvindo troar os oráculos da parcialidade, da justiça do despotismo, naquele Senado augusto, que foi aberto para reempossar os cidadãos dos seus direitos, para pesar a todos na balança da pátria, e para a glória da grande família que, não cabendo nas margens do Tejo, atravessou o Atlântico, e veio ocupar o vasto Brasil e gozar de suas preciosidades!

Que perigo! Que temerário arrojo!

Como compagnar em um discurso regular matérias tão heterogêneas e desvairadas?

Como amalgamar em uma oração de um modo suave a Conceição de Maria e a aclamação do imperador?

Eu tremo, senhores, todas as vezes que encaro tão grande ônus, e vos confesso que ele pesa mais sobre os meus ombros do que nos do profeta a mole de Damasco e de Babilônia.<sup>6</sup> Se o ilustríssimo Senado tivesse a virtude de dar-me com a nomeação a suficiência, eu já vos falaria com o desembaraço e a coragem do profeta Isaías, depois que seus lábios foram purificados

<sup>6</sup> Isaías 17, 1; 13, 1. (N. A.)

no fogo do altar;<sup>7</sup> mas, não se verificando esta hipótese, nada me resta que recorrer ao Pai das luzes, para dar-me as de que necessito.

Sim, Deus eterno, que julgastes conducente à glória do vosso Unigênito que aquela de quem ele havia de nascer não fosse contaminada do pecado do primeiro prevaricador, porém ressurgisse brilhante e pura das trevas da culpa; as sombras que, abafando o meu entendimento, não me permitem achar a vereda que devo seguir, dissipai-as com um raio da vossa luz; tocaí o meu coração com o fogo da caridade, a fim de que em minhas palavras e em todo meu discurso só fale a religião e a razão; a fim de que se não escandalize a fé, nem se doa a piedade, nem se atrepele a justiça, e afinal se illumine e edifique o vosso povo, o povo de aquisição, que me escuta.

Enlaçando entre si os sentimentos, que hoje nos devem animar quanto à religião e à política, na piedade cristã e na república civil, nossos corações se devem inundar da mais affluente alegria, e do mais completo júbilo, pelo grande interesse que reina nos dois objetos da presente solenidade: a Conceição intemerata da imperatriz do céu e da terra, e a aclamação do imperador constitucional do Brasil.

Maria, sendo, por um dom especial da redenção de Jesus Cristo, concebida em graça, livre de todas as manchas, que contaminavam os demais filhos dos homens, assegurou à humanidade todas as suas felicidades, quanto aos bens eternos: primeiro ponto. Sua majestade imperial, fundando o império constitucional do Brasil, por um dom particular de justiça e prudência, estabelece um governo das maiores vantagens para o Brasil, quanto aos bens temporais: segundo ponto.

No primeiro lembramos a glória da humanidade tendo uma filha, sobre quem não estendeu a sua autoridade o inimigo infernal, o príncipe das trevas; no segundo a glória da sociedade, que deve ao imperador Pedro I ver quebrado e reduzido a pó o cetro de ferro com que o despotismo, tirano da razão e da justiça desde os mais remotos séculos, tem avassalado o universo.

Em ambos achamos a nossa felicidade inteira e completa, e a fonte caudal do mais racional prazer e do mais durável contentamento.

o o o

Quem é esta, que vem marchando, como a aurora, quando se levanta, dissipando as densas trevas da noite e abrindo as portas aos resplendores dos

<sup>7</sup> Isaias 6, 6. (N. A.)

raios; formosa, como a lua na sua plenidão; escolhida, como o sol no seu esplendor; terrível, como um exército bem ordenado, posto em campo?

Quem é esta?

Assim por gosto, e não por ignorância, perguntou o esposo dos cantares<sup>8</sup> dez séculos antes que o mundo absorto admirasse a pureza e a majestade de Maria, mãe de Jesus Cristo. *Maria, de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus.*

Oh! quanto não é digno das complacências do Eterno ter criado a virgem de Sião sem aquele indigno ferrete, com que o primeiro pai marcou toda a sua posteridade; sobranceira aos ferros em que o mesquinho e insidioso Satanás aprisionava os filhos do famulento Adão, que ele mesmo havia seduzido e precipitado!

Que coisa mais digna da satisfação do Onipotente ver frustradas as esperanças, afrontando o orgulho do príncipe das trevas, do caudilho dos reitores do século, que, ousando alçar-se contra o seu Criador, blasonava imperar despoticamente sobre todas as criaturas terrestres!

Que júbilo para as hierarquias celestes verem chegar aquela hora feliz, em que começou a ornar com seus raios seu próprio oriente aquela criatura, que havia sido concebida na mente eterna, antes que os montes a alta fronte erguessem, antes que os mares fossem bridados para susterem o seu furor e não passarem os termos que lhes foram prescritos!<sup>9</sup>

Que exuberante prazer para o mundo, vendo apontar brilhante a estrela de Jacó,<sup>10</sup> que vinha afugentar as trevas que, saindo do Éden, enlutaram todo o orbe, e sufocavam seus habitantes!

Igreja santa, depositária da verdade, vós, assistida pelo espírito de luz, descestes às tribos de Jacó; que quando foi concebida a Virgem sacratíssima, então foi todo o mundo iluminado; alegraram-se os anjos; exultaram todos os santos; e congratulou-se todo o universo.<sup>11</sup>

Ainda hoje este oráculo consolador é repetido na efusão dos corações mais pios de um a outro pólo, desde o berço do sol ao seu féretro, em toda parte onde é reconhecido e adorado o santo nome do Supremo Arquitecto do Universo, onde é apreciada a redenção de seu Unigênito Jesus Cristo.

<sup>8</sup> Cap. 6, v. 36. (N. A.)

<sup>9</sup> Proverb., cap. 8. (N. A.)

<sup>10</sup> Numer., cap. 24. (N. A.)

<sup>11</sup> *Offic. Hw. Dic.* (N. A.)

Foi iluminado todo o mundo, não com essa luz material, que se desprega do sol, dos outros astros, ou está espalhada no espaço; sim com aquela luz espiritual, que adornava a alma do primeiro vivente ao sair das mãos do Eterno Feitor, quando o amassou do barro damasceno, e lhe inspirou o sopro da vida,<sup>12</sup> que o fez ser o único dos seres criados que trouxe a imagem e semelhança do Criador.<sup>13</sup>

Iluminou-se todo o mundo, porque todo ele jazia nas trevas da mais negra e medonha noite da morte.

Sim, transportai-vos em espírito aos primeiros dias da natureza; penetrai o pórtico soberbo do Éden; vede os funestos efeitos, os horrorosos negrimes que espalhou pela infeliz humanidade aquele braço soberbo, que, estendendo-se ao fruto defeso, chegou até o céu, e fechou as suas portas a todos os seus descendentes.

Que obscuridade!

Que confusão!

Ele via cair de rolança<sup>14</sup> sobre si, e sobre a sua posteridade, as conseqüências de sua desobediência e soberba.

Aquele, que podia não morrer, ficou sujeito à impreterível necessidade de acabar seus dias, depois de os passar no meio dos suores, dos trabalhos, rodeado de dores, debilhado em pranto.<sup>15</sup>

Aquele entendimento, que partia com Deus a glória da criação, sendo o artífice dos nomes para as essências, que Deus havia extraído do nada,<sup>16</sup> já não pode distinguir entre a suave face do bem e a feia catadura do mal; já fica sujeito a ser iludido, de momento a momento, pelo espírito das trevas, que, independente dele, o não podia enganar.

Aquele coração, que fora criado para mover-se ao compasso do entendimento, descompassa a sua marcha; desvia-se das suas estradas; recalitra aos seus ditames; já deseja contra o seu espírito;<sup>17</sup> e o homem vê nos seus membros uma lei que contradiz a lei da sua mente.<sup>18</sup>

<sup>12</sup> Genes., cap. 2. (N. A.)

<sup>13</sup> *Id.*, cap. 1, 16, 24; 9, 6. (N. A.)

<sup>14</sup> O mesmo que cabulhada, ou seja, confusão, desordem.

<sup>15</sup> *Id.*, cap. 3. (N. A.)

<sup>16</sup> Genes., cap. 2. (N. A.)

<sup>17</sup> Galat., cap. 5. (N. A.)

<sup>18</sup> Roman. 7, 23. (N. A.)

Aqueles que, cobertos da graça do Criador, viam sem se envergonharem a sua inocente nudez, não podem jamais encará-la sem pejo; e contanto que tenham artifícios para se defenderem das vistas recíprocas, se ocultam à voz do Eterno, que os chama.<sup>19</sup>

Já, finalmente, lhes declara a mais cruel e perigosa guerra a indomável concupiscência, mãe fértil de todas as propensões perversas, de todos os vícios, e de todos os crimes.<sup>20</sup>

Que horrorosa metamorfose!

Que perda!

Que dor!

Mas consolai-vos, almas pias, frutos desgraçados e pecos de um tronco árido e corrupto; consolai-vos!

O dragão vermelho, que com a sua cauda arrastou a terceira parte das estrelas do céu, e as fez cair sobre a terra,<sup>21</sup> não alardeará suas vitórias.

Aí vem a mulher forte, que há de esmagar a cabeça da serpente artíga;<sup>22</sup> aí se apresenta a rainha do Apocalipse, a quem o sol serve de manto, a lua de supedâneo, e as estrelas de coroa.<sup>23</sup>

Ela, sim, veio e estabeleceu a salvação e a fortaleza; fundou o reino do nosso Deus, e o poder do seu Cristo.

Sim, foi concebida Maria Santíssima, e a sua Conceição, como conta a Igreja, anunciou o gosto a todo mundo; porque dela nasceu o sol de justiça, Jesus, o Cristo do nosso Deus. Foi concebida Maria, e ficou plantada a estirpe bem-aventurada, a raiz santa, de que brotou o suspirado fruto da bênção.

Que catástrofe!

Que mudança venturosa para a humanidade, até ali aturada com as cenas precedentes!

Enxugai, enxugai as lágrimas, cativos de Babilônia; despregai dos salgueiros essas cítaras sonoras, e entoai os cânticos do Senhor, que não podeis entoar na terra alheia!<sup>24</sup>

<sup>19</sup> Genes., cap. 3. (N. A.)

<sup>20</sup> Jacob, cap. 1. (N. A.)

<sup>21</sup> Apocalyps. 12. (N. A.)

<sup>22</sup> Genes., cap. 3. (N. A.)

<sup>23</sup> Apocalyps., cap. 12. (N. A.)

<sup>24</sup> Psalm. 136. (N. A.)

A luz de Israel foi mandada para iluminação das gentes.<sup>25</sup> Jesus, que nasceu de Maria, cheio de graça e de verdade, revelou à terra aqueles mistérios que bebera no seio do Padre; infundiu nos corações dos homens uma força aumentada de uma admirável mansidão, capaz de arrostar com todos os satélites de Satanás, com todo o poder das trevas.

Que mudança nos trouxe aquele instante memorando, em que a virgem de Sião, a mãe de Jesus Cristo, passou da delineação na mente do Eterno a ter um lugar na ordem das criaturas, a unir-se conosco nos estreitos laços da fraternidade!

Pode um coração cristão sentir, mas esse mesmo não pode expressar.

Ah! que título mais justo para se abismar o nosso coração em um mar de delícias e de glórias!

É um sentimento natural em todos os homens quererem que aqueles que são de sua classe tenham as mais distintas perfeições e os mais assinalados privilégios; porque a glória do todo reverbera sobre cada uma das suas partes, e a todas ilumina.

Que glória a nossa, vendo que quando o nosso mais insolente e orgulhoso inimigo nos afrontava do seu cativo e dos seus ferros, se afrontava a si mesmo de ressurgir clara e brilhante, do amargo e tempestuoso mar, aquela nuvem que se difundiu, em chuvas de consolação e vida, sobre a fadiga Samaria?<sup>26</sup>

Que gozo jucundo, vendo que, ao passo que todos os corações se contraíam e melancolizavam, no meio da borrasca medonha, que aterrava a natureza, apareceu o formoso Íris, sinal do concerto entre Deus e os homens, que reanimou os espíritos abatidos, e os encheu da esperança consoladora de zombarmos um dia do leão rugidor pelos seus inúteis esforços?<sup>27</sup>

Quem jamais foi indiferente à impotência do inimigo, e ao estanco dos males que o infelicitam?

Na ausência deles consiste a nossa felicidade.

Ah! que novo brilho, e que esplendor não adquiriram da Conceição de Maria a sua natividade sobre a terra, a sua apresentação no templo, a sua maternidade, em conceber e dar à luz ao filho do Onipotente, o seu triunfo nos céus!

<sup>25</sup> Luc., cap. 2. 32. (N. A.)

<sup>26</sup> 3 Reg., cap. 18. 44. (N. A.)

<sup>27</sup> Apocalyps. 20. (N. A.)

Quanto não é lisonjeiro ver que as dignidades da vida de Maria não foram jamais inficionadas do mau cheiro da fonte corrupta e mortífera?

Que ela não sentiu jamais a dor acerba de ser, antes de mãe de Deus, sua inimiga?

Que os raios do seu diadema jamais foram contrastados de sombra alguma original?

Como seria completo e glorioso aquele festejo do empíreo, em que a suprema imperatriz, elevada acima das celestes hierarquias, recebeu as adorações dos anciões do Apocalipse, se acaso ela houvesse sido um inomento vil escrava de Satanás, parto espúrio da culpa, e não filha legítima da graça?

Corações pios, accessíveis às impressões da perfeição, do bem e da virtude, entregai-vos às doces e mimosas agitações que produzem as recordações de tanta pureza e excelência da nossa nunca assaz louvada co-redentora; exultai, e cantai ao Onipotente as ações de graças por tantas que fez a mãe de Jesus Cristo; e entregai-vos aos maiores transportes, e não temais exceder os justos limites da razão.

Sim, estes são os sentimentos que devemos nutrir quando, alunos do cristianismo, filhos de uma religião santa, pura e imaculada, solenizamos seus mistérios, abraçamos sua piedade, e, unidos aos choros dos Levitas, fazemos retumbar as paredes do santuário com os cânticos da terrestre Jerusalém ao Senhor Deus dos exércitos, ao seu Unigênito Jesus Cristo, e à sua esposa, mãe de Jesus Cristo. *Maria, de qua natus est Jesus, qui vocatur Christus.*

Esta a nossa piedade, este o nosso arroubamento, como religiosos; passemos a ver o nosso gáudio, como cidadãos patriotas, pela aclamação de sua majestade o imperador constitucional do Brasil.

Mais uma pouca de atenção, que serci breve.

o o o

Quer fosse a propensão, que o homem herdou da natureza, para procurar outro homem e viver em sociedade, evitando as incomodidades e o enojo da solidão;<sup>28</sup> quer uma encadeação necessária das coisas, dimanada do amor conjugal entre estes e seus filhos;<sup>29</sup> quer fossem as necessidades da vida, e o desejo de fazê-la cômoda e agradável;<sup>30</sup> quer a prudência de pôr-

<sup>28</sup> Pufendorf, *Le Droit de la Nat. et des Gens*, liv. 2, cap. 8, § 15. (N. A.)

<sup>29</sup> *Id.*, *ibid.*, lib. 7, cap. I, § 5. (N. A.)

<sup>30</sup> *Id.*, *ibid.*, § 6. (N. A.)

se acoberto dos males, que se podiam temer dos outros homens;<sup>31</sup> quer finalmente outras causas, que ainda não lembraram aos filósofos e publicistas, o que obrigou aos primeiros pais de famílias a renunciarem à independência do estado natural, e irem formar as sociedades civis; estabelecidas estas, não se dirigem a outro fim que o bem da espécie humana, sua existência cômoda e feliz, o aumento e perfeição de suas faculdades físicas e morais.

Eis por que a salvação do povo é a primeira e a máxima das leis; a fonte donde se derivam todas as outras; e o ponto de apoio que sustenta os movimentos e equilibra a marcha de toda a máquina política.

A este fim se instituíram os governos, que vigiassem sobre o bem dos povos no interior das cidades, e fora delas repulsassem os males que lhes procurava a ambição dos conquistadores, e outros opressores injustos. Por isso, com a maior sabedoria disse o grande Platão: "que o povo não foi feito para bem de quem o governa, sim os governantes foram instituídos para bem do povo" — *non populi causa gubernatoria, sed gubernator causa populi fit.*<sup>32</sup>

Este fim, santo e augusto, é o que tem conduzido os homens a estabelecerem as diversas formas, já simples, já compostas, do governo que se têm visto no mundo desde o berço do gênero humano.

Este fim, quando, por desgraça da sociedade, se não tem podido conseguir debaixo de uma hipótese, foi a mola real que moveu os povos para sacrificarem tudo, profano e sagrado; empreenderem e executarem as mais funestas revoluções, a fim de arraigarem aquele governo em que julgavam estar o caminho do bem, da felicidade, e a estrada da glória.

Para obter este fim é que Atenas, depois de quatro séculos de pura monarquia, encarando a liberdade, estabeleceu um governo em que o simples cidadão igualava o primeiro magistrado.<sup>33</sup> Roma, principiando em reinado, experimentou à custa dos maiores sacrifícios cônsules, decênviros, tribunos militares, ditadores e imperadores; os cantões suíços sacodem o jugo dos austríacos;<sup>34</sup> Holanda a tirania de Felipe II;<sup>35</sup> Portugal a do IV; os Estados Unidos na América se separam da sua metrópole européia; França é

<sup>31</sup> *Id.*, *ibid.*, § 7. La Brenjer, *Car.*, t. 2, cap. 10. (N. A.)

<sup>32</sup> *Apud* l'auteur de les *Notion. Clair. sur les Gouvernements.* (N. A.)

<sup>33</sup> *Notion. Clair. sur les Gouvernements*, tomo 2. (N. A.)

<sup>34</sup> *Man. Chronolog.* (N. A.)

<sup>35</sup> *Man. Chronolog.* (N. A.)

uma nova Roma; e de presente se acham com as armas nas mãos povos em todo o universo.

Tanta é a grandeza, e o preço da pública saúde!

Esta é a felicidade que, tendo diante dos olhos o magnânimo príncipe o senhor d. Pedro I, através de todos os perigos que lhe podiam sobrevir, hora a hora, dos interessados nos nossos males, o abalançou a ouvir os nossos votos, receber nossos oferecimentos e aclamar-se imperador constitucional do Brasil.

Que fato nos apresenta a história de tanta justiça, de tão incomensurável interesse, e tão credor do reconhecimento e gratidão dos homens!

Sim, aqui tendes a fonte da nossa excelsa ventura, e o foco ardente do esplendor e glória do Brasil, em toda a face da terra.

Quem jamais será tão estonteado que, medindo a vasta extensão do nosso continente; penetrando as minas inesgotáveis de ouro; vendo nossos diamantes, que têm feito esquecer os de Soulempour na Índia, os de Sucadan em Bornéu, e os rubis que obscurecem os de Ceilão; atravessando os multiplicados rios, que dando morada a peixes infinitos no número, formosos à vista, mimosos ao paladar, fecundam, quais outros Nilos, os terrenos por onde estendem suas correntes; seus bosques, produtores de madeiras preciosas e úteis na arquitetura naval e civil, povoados de quadrúpedes de toda espécie, de aves as mais raras e formosas; seus campos cobertos de imensidades de plantas medicinais, úteis na tinturaria, nas manufaturas, nas artes, no comércio; seu solo adubado de sais tais, que podem rivalizar com as produções mais particulares de outros países; o gênio de seus naturais, empreendedor, claro nas ciências, astucioso nas artes, valente na guerra; quem haverá que, tomando o peso a estas vantagens, ouse avançar que o Brasil não recebeu da Providência as proporções para ser, se não o primeiro, ao menos um dos primeiros impérios do universo?

Quem?

Os nossos irmãos em Portugal, os regeneradores da nação lusitana.

Porém que se vos dá a vós, generosos brasileiros, que se vos dá que os corifeus do Congresso lisboense, no azedume do seu ódio, digam que não se importam que nós nos degoilemos uns aos outros, e que nos queriam mandar cães de fila?

Que se vos dá que seus apaniguados, escritores venais, pretendam com rasgos de suas penas representar-nos ainda capazes de continuar nos grilhões de três séculos, e desabem seu paisanismo em desvarios desta estofa?

Os mesmos portugueses de outra idade, os estrangeiros de outras nações, o imortal Pedro I, não podendo negar-se à luz da clara verdade, aos



ditames da justiça, nos vingam assaz das suas afrontas, dos seus ferros e baldões, uns invejando a nossa sorte, outros bruxuleando a nossa ventura, outro finalmente pugnando pelo nosso bem, sacrificando-se todo para dar-nos o assento condigno no templo da memória.

Trezentos anos, já não digo de infância, sim de uma vil escravidão, ainda não sucedeu a povo nenhum do globo, por mais desfavorecido da fortuna e natureza. O velho e acanhado Portugal não quer que o seu cativo, na sujeição à Espanha, passe o termo do dos israelitas em Babilônia; e, pelas injustiças e tiranias dos ministros de Felipe I e III, sacudiu o jugo, e aclamou um rei natural.

Este mesmo velho, pelos atrasamentos em que se viu nos 13 anos da corte no Rio de Janeiro, cuida seriamente na sua melhora, procura o seu adiantamento e restituição ao antigo esplendor.

E seria o Brasil condenado a ser sempre escravo, sempre espezinhado, e sem aquele assento para que o talhou a Providência?

Três séculos de um tirocínio bárbaro e cruel já infamam a nossa sensibilidade, já menoscabam a nossa honra.

Chegou, bem que com passos muito lentos, a nossa virilidade; não devemos mais amamentarmo-nos.

Transbordaram os vasos da nossa paciência; chegaram ao seu píncaro as injustiças de Portugal; apresentou-se o nosso libertador. Não podemos nem devemos renunciar a nossa liberdade, dar de mão ao nosso adiantamento, nem deixar de abraçar a proteção que nos oferece o maior dos príncipes, o mais poderoso dos monarcas, o mais cordial e interessado dos nossos amigos.

Injustiças de Portugal!

Será uma blasfêmia?

Não, senhores; lançai um golpe de vista sobre a nossa história, vós não podereis encarar sem indignação as tiranias do soberbo Tejo.

O Brasil no tempo do rei d. Sebastião<sup>36</sup> era reputado por um estado tão espaçoso, e de tanta importância, que muitos fidalgos e pessoas de muita prudência e conselhos representaram àquele monarca que se passasse para ele, e mandasse povoar com todas as forças de Portugal;<sup>37</sup> mas que sucedeu?

<sup>36</sup> D. Sebastião foi rei de Portugal de 1568 a 1578.

<sup>37</sup> D. Gregor. de Alm., *Ret. Prodíg. de Port.*, part. I, cap. 38. (N. A.)

Foi tratado tanto de menor que em três séculos<sup>38</sup> de povoação e desfrutação ainda não teve uma universidade, ao mesmo tempo que a América Espanhola, desde o ano de 1551 até o de 1628, contava quatro, a do México, a de São Domingos, a de Quito, a de Guatemala.<sup>39</sup>

Ainda não teve uma universidade, sendo aquele riquíssimo país que, segundo faz ver a todo mundo o grande Raynal,<sup>40</sup> nos 60 primeiros anos das minas descobertas, isto é, até o ano de 1756, mandou para Portugal só em ouro 1.920 milhões de cruzados; e daí para cá não tem sido menos caudal a torrente de riquezas.

Tão maltratado, ou tratado com tanta injustiça, que o eloqüente Vieira,<sup>41</sup> pregando na presença do marquês de Montalvão sobre os maus governos dos ministros reais, a quem comparou com as nuvens, dizia: "Partem de Portugal estas nuvens, passam as calmas da linha, onde diz que também refervem as consciências, e, em chegando à Bahia, não fazem mais que chupar, adquirir, ajuntar e encher-se por meios ocultos, mas sabidos; e ao cabo de três ou quatro anos, em vez de fertilizarem a nossa terra com a água, que era nossa, abrem as asas ao vento, e vão chover a Lisboa, e desperdiçar a Madri; por isso nada lhes reluz ao Brasil, por mais que de nada lhes monta; e nada lhes aproveita, por mais que faça, por mais que desfaça. E o mal mais para sentir de todos é que a água, que por lá chovem, e desperdiçam as nuvens, não é tirada da abundância do mar, como noutro tempo, senão das lágrimas do miserável e dos suores do pobre; que não sei como atura já tanto a constância e fidelidade destes vassallos!".

Tão maltratado de então para cá, que... Mas aonde me conduz o espírito da verdade e o patriotismo?

Acaso deverei eu fazer a triste descrição dos nossos males, do nosso atrasamento debaixo do governo tirânico de Portugal, pelo dilatado espaço de três séculos?

Deverei repetir o esquecimento generoso das nossas feridas passadas;

<sup>38</sup> O Brasil foi descoberto a 24 de abril de 1500. (N. A.)

<sup>39</sup> *Man. Cronolog.* (N. A.)

<sup>40</sup> *Hist. Philos. e P. dos Estabel. e do Com. dos Europ. nas Duas Índ.*, t. 2, lib. 9, cap. 43. (N. A.) [Guillaume Raynal (1713-1796), escritor francês, autor de *História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas duas Índias* (1770-80).]

<sup>41</sup> Parte sexta, "Sermão da Visita de Nosso Senhor". (N. A.) [Padre Antônio Vieira (1608-1697), orador sacro, missionário e político português. Seus *Sermões* foram publicados em 1748.]

a nossa cordialidade e bom agasalhamento na transmigração da corte para o nosso território?<sup>42</sup>

Acaso rememorarei o infame plano de servilismo tramado acintosamente pelos novos déspotas constitucionais do Congresso lisboense, depois que o imortal Pedro I com sabedoria os compreendeu, e com verdade os manifestou aos governos e nações amigas? Quando este herói, com uma magnanimidade acima de toda exageração, tomou a peito o remédio das nossas desgraças, e a prevenção daquelas que, apontando nas margens do Tejo, já iam enlutando o horizonte brasilico?

Não, não ousarei decerto; contentar-me-ei somente com anunciar-vos o imortal Pedro I como o anjo de Isafas, convidado a vir à terra, que estava além dos rios da Etiópia, a socorrer o povo terrível, depois do qual não há outro, e libertar a gente, que estava continuamente em esperanças, e continuamente pisada e esmagada.<sup>43</sup>

Sim, foi este o príncipe apelidado pelo Profeta para nos dar a liberdade e a salvação.

Assim o devemos esperar da sua justiça e magnanimidade, e da forma do governo com que vai reger seus povos, os netos de Cabral.

O que falta ao grande Pedro para na fundação deste império fazer obscurecer a glória dos Nabucos, dos Ciros, dos Alexandres?

Que tiveram os Carlos, os Fredericos, os Pedros, que desejamos no nosso príncipe para que o seu nome encha toda a terra?

Luzes de entendimento?

Os seus manifestos são oráculos de sabedoria.

Espírito vasto?

O colossal projeto, que concebe e pratica, mostra quanto ele é sem limites.

Experiências nos negócios árduos?

A sua natural penetração ajudada dos súditos fiéis, que vêm a luz, e lhe arredam as trevas, supre o número dos anos que comumente se exige para a prudência.

Terreno espaçoso e abundante em recursos?

Qual dos impérios antigos e das potências modernas pode competir com

<sup>42</sup> A corte portuguesa deixou Lisboa em novembro de 1807, pressionada pela iminente invasão do reino pelas forças de Napoleão Bonaparte, e instalou-se no Brasil em março de 1808.

<sup>43</sup> Cap. 18. (N. A.)

o nosso território na sua extensão, na riqueza dos seus montes, dos seus vales, dos seus rios?

Povos aguerridos?

A França diga, repita a Holanda, os prodígios de valor que fizemos na nossa infância?

Governo liberal e criador, que desenvolva a virtude no ócio da paz, e no furor da guerra?

O império constitucional ou é uma concepção de uma inteligência acima da dos mortais ou é uma dessas verdades sublimes com que nos costumam presentear o acaso, ou, se nasceu da reflexão, é a obra-prima da razão, e o maior esforço do entendimento humano no artigo política.

Império constitucional?

Colocado entre a monarquia e o governo democrático, reúne em si as vantagens de uma e de outra forma, e repulsa para longe os males de ambas. Agrilhoa do despotismo, e estanca os furores do povo indiscreto e volúvel.

O imperador, podendo fazer todo o bem aos seus súditos, jamais causará mal algum, porque a Constituição com sábias leis fundamentais e cautelas prudentes tira ao imperador o meio de afrouxar a brida às suas paixões e exercitar a arbitrariedade.

É nesta hipótese que o homem vive em um completo gozo de todos os seus direitos naturais e sociais, exercita na sua maior plenidão o doce e inapreciável dom da liberdade, e, se acaso perde desta alguma porção, é porque a seu benefício outra igual porção perdem os seus concidadãos.

É nesta forma de governo que o cidadão se lisonjeia de encontrar, quer no Exército, quer nos tribunais, quer no ministério, só amigos, só irmãos, só iguais, sem nada ver acima de si que a lei e o merecimento por ela protegido.

Aqui é que a alma, parte mais nobre e essencial do homem, alardeia a sua nobreza, enche-se de um racional orgulho, eleva-se com dignidade, despreza constantemente sua energia, e se entrega sem violência ao entusiasmo do amor da pátria, emulando a glória dos Pompeus, dos Régulos, dos Catões.

É neste governo que se nos franqueia a estrada da felicidade e o sublime pórtico do templo dos heróis.

É este o centro da força e da união, sem o qual, como sabiamente disse o grande príncipe, não poderemos conservar nossas fronteiras e limites naturais, e perderíamos, como maquinavam as Cortes de Lisboa, tudo quanto havíamos ganhado, à custa de tanto sangue e cabedais. Sem este braço forte, que valorosamente sustenta o leme do estado, a nau da nossa república, arrebatada pelo fluxo e refluxo do euripo do Congresso, seria o ludíbrio das

suas vertigens, e quebrando-se nos medonhos cachopos da anarquia, da guerra civil, do servilismo, inflamaria o Atlântico com o seu naufrágio.

Debaixo deste império constitucional, que abate o despotismo, ruína das ciências, das artes, dos costumes, da razão, da liberdade, veremos o gênio brasileiro apresentar prodígios em todo gênero.

A Marinha terá os seus Gamas; a guerra seus Albuquerque; a milícia seus Louvois; as finanças Sullys; a astronomia Galileus; as ciências Monteiros, Newtons, Franklins; o Parnaso Camões, Barros, Vieiras.

E porque o gênero humano é tudo quanto se quer que ele seja, unindo-nos com os sábios, artistas, capitalistas e empreendedores, a quem o grande Pedro abre nossos portos, oferece amizade e acolhimento, poderemos apresentar ao mundo o que nunca pôde a Ásia, e Europa, uma nação de quem o mundo se ouse honrar.

Qual será o coração que se dilate em um âmbito suficiente para conter a alegria que deve produzir a todo brasileiro um fato tão estupendo, um sucesso tão útil e tão glorioso!

Que causa mais relevante, mais decorosa e de mais interesse para os habitantes desta verdadeira terra da promessa!

De uma parte, quebrados os ferros indignos que nos roxeavam os pulsos; enfatuados os entendimentos, que nos forjavam novos; destruídos os planos ruinosos; esmigalhado o colosso da sua soberba; voltadas as setas contra os mesmos que as brandiam e atiravam; e eles dizendo: "Os meus pensamentos se desvaneceram, sendo verdugos do meu coração" — *Cogitationes meae dissipatae sunt, torquentes cor meum.*<sup>44</sup> Da outra, a aurora da felicidade levantando-se formosa e risonha, já se divisando uma mole imensa de sólidos e duradouros bens, a clamorosa fama embocando o dourado clarim para espalhar pelo universo o nosso nome, com assombro de todos os povos, desde os samoedas até os patagões, do Japão até a Califórnia.

Que golpe de vista mais lisonjeiro e tocante!

Se o grosseiro bosquejo de uma mão inexperta já nos oferece alguma coisa esplêndida, que faria se eu soubesse combinar as tintas, desdobrar as cores, contrastar as sombras com as luzes, colocar as figuras e aperfeiçoar o quadro?

Sem dúvida, nenhum coração, ainda o mais ferrenho, se poderia eximir dos movimentos do prazer, nem dos êxtases de alegria neste dia de tanto esplendor.

Oh! dia venturoso, dia privilegiado, claro, digno de ser contado en-

<sup>44</sup> Job, cap. 17, 11. (N. A.)

tre os dias eternos, tu ficarás marcado em nossa memória por séculos de séculos! Enquanto houver sobre o globo pernambucanos, tu passarás de geração em geração; os pais dirão a seus filhos, e estes aos seus, que no dia em que a Santa Igreja celebrava a Conceição intemerata daquela formosa roseira de Jericó, que nos deu a flor mimosa e fragrante, Jesus Cristo; que no dia em que se viu sobre a terra a misteriosa casa de Salomão decorada do admirável peristilo de sabedoria, de entendimento, conselho, fortaleza, ciência, piedade e temor de Deus, foi o mesmo em que o valoroso e constante povo pernambucano, pelo órgão do seu ilustríssimo Senado, assistido da excelentíssima Junta Provisória, da sábia e justiceira magistratura, de um e outro clero, dos bravos netos dos Vieiras, dos Negreiros, dos Camarões, dos Dias,<sup>45</sup> do respeitável corpo da nobreza, dos cidadãos beneméritos de todas as classes, lembrado do que diz o salmista, que *debalde vigiam os que guardam a cidade, se o Senhor a não defende*, cheio da maior piedade, transportado de gosto, solenizou a aclamação em imperador constitucional do Brasil do muito alto e muito poderoso príncipe, o senhor d. Pedro de Alcântara, invocando a proteção da mesma excelsa Senhora.

Oh! Virgem sacratíssima, imaculada, pura, sem mancha de culpa alguma paterna, debaixo deste glorioso predicado, vós sois a defensora do nosso Reino, sede de hoje em diante do nosso império, para que seja ele puro de tudo que se opuser ao bem do vosso povo e à glória do vosso filho. Alcançai-nos o espírito de sabedoria, e justiça para as nossas cortes brasílicas; vida, saúde e retidão para o nosso imperador e sua imperial família; bom conselho para seus ministros; valor para seus cabos; patriotismo iluminado para seus povos, a fim de que, seguindo sempre as veredas da justiça, da verdade e da honra, formemos uma nação tal, qual de Roma dizia Marcial: "Deusa das terras, senhora das gentes, um império ao qual nenhum seja igual, e nem mesmo segundo".

"Terrarum Dea, Gentiumque Roma,  
Cui par est nihil, et nihil secundum."<sup>46</sup>

<sup>45</sup> João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Antônio Filipe Camarão e Henrique Dias foram os principais chefes militares do movimento de restauração de Pernambuco (contra o domínio holandês), tendo se transformado em heróis do imaginário nativista pernambucano.

<sup>46</sup> "A deusa do mundo e das nações, Roma, que não tem igual nem segundo." Marcial, *Epigramas* XII, 8, 1-2. (N. L.)

[Quinta-feira, 10 de junho de 1824]



"Uma nuvem, que os ares escurece,  
Sobre nossas cabeças aparece."

Camões, *Os lusíadas*, canto V

## PERNAMBUCO

*Le monde va de pis en pis* — o mundo vai de mal a pior, disseram os franceses quando, lançados fora do Rio de Janeiro por Mem de Sá,<sup>62</sup> governador da Bahia, no princípio do ano de 1567, vieram com quatro naus sobre Pernambuco, e, apoderando-se do Recife, foram batidos e expulsos daqui por Duarte Coelho de Albuquerque.<sup>63</sup>

Outro tanto podem dizer os fautores do projeto ministerial com que se pretende constituir o império do Brasil.

Até agora bem poucas pessoas, mormente de Pernambuco, conheciam os artifícios do ministério para se adotar, pedir e jurar o projeto como Constituição do império; de presente tudo é pelo avesso.

Sabe-se quais e quantas são as Câmaras do sul que caíram no laço, e quais as que sustentam os direitos de seus povos e a dignidade da pátria. Sabem-se os meios que se têm empregado para se iludirem os povos, e que um desses é a falsa e sofística causal que dá o decreto de 11 de março deste ano para se jurar o projeto, a saber, *por ter subido à imperial presença representações de tantas Câmaras do império, que formam já a maioria do povo brasileiro*.

<sup>62</sup> Mem de Sá (1500-1572) foi o terceiro governador-geral do Brasil (1558-72). Os franceses, fixados no Rio de Janeiro desde 1555, foram expulsos em janeiro de 1567.

<sup>63</sup> Duarte Coelho de Albuquerque (1537-1580) foi o segundo donatário de Pernambuco.

Conhecem todos que esse decreto foi exarado nesta forma para que, indo ao sul, as suas províncias julgassem que esse número de Câmaras que formam a maioria do povo brasileiro é composto das Câmaras do norte com algumas do sul; e, no norte do império, se julgasse que essa maioria resultava de todo o sul do império, e da Câmara da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, única desse lado que seguiu em tudo os passos da Câmara *muito leal e heróica*.

Conhecem todos esse artifício do ministério, porém já ninguém se deixa albardar, porque, não havendo no norte mais que uma só Câmara que, iludida pelas diligências do célebre secretário do governo do Rio Grande, que segundo dizem já de lá fugiu, não fez mais do que ser o eixo do Senado *muito leal e heróico*; e no sul, tendo-se pronunciado contra o projeto muitas Câmaras de Minas Gerais, de São Paulo e de outras províncias, como é que a maioria do povo brasileiro tem adotado e pedido o projeto ministerial por Constituição do império?

Isto vêem os caroáveis do projeto, e dizem lá com seus botões: *Le monde va de pis en pis. Irra! O mundo vai de mal a pior; nós esperávamos que nunca se desse pela tramóia, que tudo estivesse em silencioso segredo, e que quando a cena chegasse a peripécia, aparecesse o corvo estupefacto, e a zorra da raposa desfrutando o manteiguento queijo; porém os malvados liberais foram tão ativos e furões, que tudo souberam, e se furraram dos males. Irra! O mundo vai de mal a pior!*

A causal é *sofística*, porquanto pretende estabelecer que, ainda sendo verdadeira a maioria do povo brasileiro que adotou e pediu o projeto, o resto do Brasil deve sujeitar-se ao voto da maioria.

Esta proposição não é verdadeira absolutamente, e no nosso caso é falsa.

A maioria dos votos de uma sociedade obriga aos restantes quando a sociedade está formada, estabelecida, e já tem uma lei que a regula; e não quando os homens, sendo convidados para formar uma sociedade, estão em debates sobre este artigo, porque neste caso, ainda que o maior número assente em uma coisa, o restante, que repugna, e não se ajusta, retira-se — e não são obrigados a sujeitar-se à opinião da maioria, porque não são sócios daquela sociedade.

Nós estamos, sim, *independentes*, mas não *constituídos*. Ainda não formamos sociedade imperial, senão no nome; por isso ainda que a maior parte das províncias de fato tivesse pedido jurar e jurasse o projeto, daqui se não seguia que as outras, uma que fosse, e essa a menor, se devia sujeitar ao voto da maioria, porque ainda não estava no círculo da sociedade imperial.

O Brasil, só pelo fato de sua separação de Portugal e proclamação da

sua independência, ficou de fato *independente*, não só no todo como em cada uma de suas partes ou províncias; e estas, independentes umas das outras.

Ficou o Brasil *soberano*, não só no todo, como em cada uma das suas partes ou províncias.

Uma província não tinha direito de obrigar a outra província a coisa alguma, por menor que fosse; nem província alguma, por menor e mais fraca, carregava com o dever de obedecer a outra qualquer, por maior e mais potentada. Portanto, podia cada uma seguir a estrada que bem lhe parecesse, escolher a forma de governo que julgasse mais apropriada às suas circunstâncias, e constituir-se da maneira mais conducente à sua felicidade.

Quando aqueles sujeitos do *sítio do Ipiranga*, no seu exaltado entusiasmo, aclamaram a s. m. i., e foram imitados pelos aferventados fluminenses, Bahia podia constituir-se *república*; Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Piauí, *federação*; Segipe d'El-Rei, *reino*; Maranhão e Pará, *monarquia constitucional*; Rio Grande do Sul, *estado despótico*.

No meio dessas possibilidades, o Rio, pelo poder *soberano* que tinha no seu território, aclamou a s. m. imperador constitucional, e então s. m. não ficou mais do que imperador do Rio de Janeiro. As outras províncias, ou seduzidas pelos emissários do Rio, ou por seu mesmo conhecimento, esperando que nesta forma de governo podiam achar a felicidade a que aspiravam, foram-se chegando muito de sua vontade aos negócios do Rio, aclamando a s. m. imperador constitucional, com o que nada mais fizeram que declarar que se uniam todas para formar um império constitucional, e que s. m. seria o seu imperador.

Daqui se conhece que duas são as condições da união das províncias com o Rio de Janeiro, a saber, que *se estatua império constitucional, e que o s. m. seja o imperador*; de modo que, se o Rio de Janeiro quiser coisas fora ou contrárias a qualquer destas duas condições, está desfeita a união, que mal se achava esboçada, e cada província libérrima para, pelo seu poder *soberano* no seu território, proclamar e estatuir aquela forma de governo que bem quiser, como fez o Rio proclamando império constitucional.

Se o Rio quiser império constitucional, porém não sendo s. m. o imperador, e sim algum brasileiro, ou outro qualquer príncipe estrangeiro, está dissolvida a união das províncias; se porém quiser a s. m. imperador, porém com um império absoluto, governando s. m. por aquelas bases intelectuais, *independência do império, integridade do mesmo sistema constitucional, sagrados direitos da segurança individual, da propriedade e da imunidade da casa do cidadão*, sem uma Constituição dada pela nação, acabou-se a união; fica cada província sobre si *independente e soberana*, pois que a sua união foi anunciada

e baseada no *conjunto indissolúvel* das duas condições, *sistema constitucional e s. m. imperador*.

Já se deixa ver que os efeitos da falta do cumprimento dessas duas condições são os mesmos, se acaso o imperador for o que as embarace, contra o voto das províncias, como desgraçadamente sucedeu com a dissolução despótica e à força de armas da soberana Assembléia.

S. m. dissolveu a Assembléia Constituinte, que era quem havia de encher a primeira condição da união, e só por este fato ficou de todo desfeito o laço da união que se havia principiado a dar e só se concluiria quando se ultimasse a Constituição, quanto mais que o ministério tem querido, por meio da força, que se jure um projeto no qual se não vê mais do que um sistema opressor da liberdade dos povos, onde se não garante a independência do Brasil, se mofa da boa-fé dos povos; pois que, jurando s. m. a integridade do império, pôde contraditoriamente ceder, alienar e trocar parte do território do mesmo império, e pelo monstruoso poder Moderador dissolve a Câmara dos Deputados, representantes do povo, ficando em seu uso a dos senadores, apaniguados do imperador; um projeto em que o imperador, sem atender nem esperar o consentimento da Assembléia Geral, faz a paz e a guerra, qualquer liga defensiva e ofensiva, e dispõe a seu bel-prazer da Força Armada de mar e terra, ao mesmo tempo que não se pode dar o prisme imperial às decisões dos concílios e letras pontifícias sem prévio consentimento da Assembléia Geral; um projeto pelo qual se cria a classe da nobreza, em todas as nações a opressora dos povos e o sustentáculo da tirania; um projeto em que as províncias, para a menor coisa das que lhes são úteis, dependem inteiramente do ministério e do imperador; um projeto, finalmente, da maior desonra para todo o Brasil.

Pelo que, está dissolvida a prometida e não consumada união das províncias; e, por esta razão, cada uma reintegrada na sua independência e soberania.

E por estes princípios foi que o povo da praça do Recife, reunido nos paços do conselho por edital da Câmara, no dia 6 deste, assentou de não adotar nem jurar o tal projeto feito pelo ministério, apesar de se ter jurado no Rio de Janeiro e capital da Bahia, e ser pedido por algumas vilas do sul; e por se lembrarem que o juramento, agora exigido à força de armas, envolvia perjúrio do juramento que prestaram, de adotar e obedecer à Constituição feita pela Assembléia Soberana Constituinte, e de resistir ao despotismo ministerial, qualquer que ele fosse, e pudesse reviver, e de sustentar à força de armas os interesses da província contra qualquer que os pretendesse invadir.

O que, sendo o espírito geral das províncias, que se vão declarando com

espanto dos servís ou imperiais, fá-os dizer no meio da sua indignação: *Le monde va de pio em pio*. Irra! O mundo vai de mal a pior.

\*\*\*

PROJETO DA CONSTITUIÇÃO DO MÉXICO,  
EXTRAÍDO DO CONSTITUCIONAL DE FRANÇA,  
DE 14 DE FEVEREIRO DESTES ANO

Estes são os pontos principais do projeto para a Constituição do México:

"A nação mexicana se compõe das províncias compreendidas no território do antigo vice-reinado, chamado Nova Espanha, no da capitania geral de Yucatán, e no das jurisdições gerais de leste e de oeste.

"A nação mexicana é soberana, e a soberania é essencial à nação.

"A religião do Estado é e será sempre a religião católica romana; o exercício de toda outra é proibido.

"As partes integrantes da União Mexicana são estados livres, soberanos e independentes.

"Eles se compõem atualmente de Chiapas, Cranjuato, Sonora, Sinaloa, e das duas Califórnia, Chihuahua, Durango, e o Novo México, Coahuila, a Nova Leon, o Texas, o Novo Santander, México, Mechoacan, Oaxaca, Pueblo de los Angeles, Trascala, Queretaro, San Luis Potosí, Tabasco, La Vera Cruz, Xablisco, Yucatán, e Los Zacatecas.

"O poder supremo da confederação se divide em poder Legislativo, Executivo e Judiciário; e a legislatura, em um Senado e uma Câmara de representantes.

"Cada estado deve de ter dois senadores.

"O número dos representantes varia, segundo a população.

"Os poderes assinados ao Congresso são quase os mesmos da Constituição americana.

"O poder Executivo deve de ser confiado, por um tempo limitado, a um cidadão, que terá o título de presidente da Confederação Mexicana.

"Suas ações e suas prerrogativas são semelhantes às do presidente dos Estados Unidos; porém elas são modificadas por certos objetos, e estendidas por outros.

"O poder Judiciário é constituído, como na América do Norte.

"As Constituições dos diferentes estados se aproximam por seus princípios da Constituição Federal; e não poderão ser ratificadas, senão quando esta última tiver sido sancionada.

"As restrições à soberania dos estados são quase traduzidas literalmente do texto da Constituição dos Estados Unidos.

"A forma republicana é garantida a cada um dos estados.

"As dívidas e as obrigações contratadas antes da adoção do projeto da Constituição ficam a cargo da Confederação; e elas serão classificadas e liquidadas segundo as leis que o Congresso prescrever."

\*\*\*

"Senhor Redator:

"Cada vez me convenço mais que as melhores teorias são às vezes bem más para legislação, e para reger os homens; e creio que neste mundo tudo vai e deve ir de fato, e nada de direito. Ora, dito isto assim, parecerá por aí que eu sou o homem dos paradoxos. Eu mostraria, pela história do mundo, que o não sou; porém o simples caso que passo a referir é quanto basta.

"Eu estava firme neste princípio de que quando dois partidos se chocam, e vão às mãos, tendo acabado a luta, é preciso lançar um véu sobre o passado, para evitar as perseguições a que sempre aspira o partido vencedor, porque as opiniões são de sua natureza intolerantes. E por isto, quando o senhor Montezuma apresentou na extinta Assembléia um projeto de decreto para serem destituídos os empregados da cidade da Bahia que serviram ao Madeira, eu tive a simplicidade de opor-me, e de combater quanto pude essa lei, que não passou. Eu aleguei miseravelmente que, não podendo uma família inteira desertar para o Recôncavo, era forçoso que o seu chefe, que lhe servia de arrimo, ficasse com ela, e no gozo daquele emprego, que era talvez o único meio de sua subsistência; que em tal caso era da natureza das coisas fazer tudo quanto o Madeira mandava que se fizesse; que muitos o fariam com a pior vontade; e que mesmo naquele lugar fariam muito a prol da causa do Recôncavo. Produzi outras muitas razões, que, juntas às de outros deputados, deram com o tal projeto em terra.